

A “EDUCAÇÃO DO CIDADÃO” NA OBRA DE THALES CASTANHO DE ANDRADE¹

Maria Luisa Bissoto*

Renato Soffner**

Recebido: 28 mar. 2012

Aprovado: 08 abr. 2013

*Pós-doutora em Educação, docente permanente do PPG em Educação Sociocomunitária do Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Americana, São Paulo, Brasil. E-mail. malubissoto@yahoo.com.

**Professor doutor, docente permanente do Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Americana, São Paulo, Brasil. E-mail: renato.soffner@am.unisal.br.

Resumo: Analisam-se obras do escritor Thales Castanho de Andrade, identificando nessas uma concepção de “educação do cidadão” fundada num ideal de civismo e brasilidade. Foram pesquisadas as obras “A Filha da Floresta” e “Ensinando a Constituição”. Na análise dos dados, consideraram-se as categorias: exaltação dos patrimônios nacionais, materiais, morais ou culturais; uma identidade e uma moral nacional idealizada como urbana e de classe média, mas apoiando o movimento “ruralismo pedagógico”, e a necessidade do esclarecimento científico e da modernização do país. Conclui-se que podem ser identificados elementos de formação quanto a um modo ideal de ser brasileiro; o consenso em torno a essa “identidade nacional” seria de fundamental importância no escamotear das diferenças sociais existentes na sociedade brasileira à época.

Palavras-chave: Thales de Andrade. Literatura infantil. Identidade nacional.

THE “CITIZEN EDUCATION” IN THALES CASTANHO DE ANDRADE’S WORKS

Abstract: It examines the writer Thales Andrade Castanho’s works identifying such a conception of "citizen education" founded in the ideals of civility and Brazilianness. We investigated the works "The Daughter of the Forest" and "Teaching the Constitution." In data analysis, were considered the categories: the exaltation of national assets, material, moral or cultural; an identity and a national moral idealized as urban middle class, but supporting the movement “pedagogical rurality” and the need for scientific enlightenment and modernization of the country. It is concluded that training elements can be identified as an ideal way to be Brazilian; the consensus on this "national identity" would be of fundamental importance in the hide of existing social inequalities in Brazilian society at the time.

Key words: Thales de Andrade. Children’s literature. National identity.

¹ Agradecemos a colaboração de Valquíria Lupi, Nazir Oliveira e de Rosana Laurenti, nos procedimentos de escaneamento e coleta de dados nas obras do autor aqui estudado.

INTRODUÇÃO

O objetivo central da pesquisa foi analisar aspectos de obras do educador e escritor Thales Castanho de Andrade, que consideramos representativos de um pensamento formador quanto a uma ideal de brasilidade e de identidade nacional². Este ideal estava implicado nos discursos e debates educacionais das elites brasileiras já previamente à Independência, mas adquiriu maior especificidade somente nas primeiras décadas da República (1920-1930) (SOUZA, 2000), almejando a “construção” de um “novo” modelo de Homem, mais preparado para os novos – e progressistas- tempos, que se delineavam no horizonte nacional. A educação assume, a partir desse período, em especial após os anos 30,

a expressão e manifestação do novo padrão econômico e social que vinha se fortalecendo. Ao novo Estado que surgiu, coube a adoção de medidas e de inovações institucionais que inauguraram uma nova fase nas relações do Estado com a sociedade. No *Projeto de Estado Nacional* de centralização e integração político-econômica, a educação inseria-se na proposta de formação de uma identidade nacional, na construção da “brasilidade”, objetivando formar física e mentalmente o “novo homem” para um Estado Novo. No entanto, as mudanças empreendidas no período, não buscavam a mobilização das massas, ao contrário, a escola tinha como função “normatizar” as pessoas primando por uma sociedade civilizada e ordeira, por meio de uma educação conformadora (ROSA, 2007).

Contudo, conforme argumentaremos abaixo, esse ideal quanto à formação de um “sentimento de brasilidade” e de uma “identidade nacional”, não esteve circunscrito a um determinado momento histórico, mas se apresentou renovado a cada vez que a necessidade de coesão social se mostrou politicamente necessária, como nas décadas de 1960-1970. Sempre, porém, no âmbito de movimentos de caráter político-ideológicos nacionalistas, que apresentavam, como ponto comum, a mesma centralização do poder e a preocupação em transformar o Brasil em uma nação desenvolvida– ou em pleno desenvolvimento.

Fundamental nesse projeto seria livrar a Nação de suas mazelas: dentre outras a pobreza, o “atraso” econômico e cultural, a imoralidade e os “maus costumes”, elegendo-se, quase que naturalmente, a Educação como a “força” capaz de efetivar essas transformações, que exigiriam instruir e formar *cidadãos esclarecidos*, e moralmente *civilizados*; base para um país ordeiro e progressista e *unir* a nação, despertando sentimentos de amor e louvor à Pátria,

² Entendidos aqui como sentimentos individuais e coletivos de “ser igual” ao pertencer a uma Pátria; respeitando-se as seguintes características (MATTOSONO, 2001): a) apropriados por alguma forma de expressão política, por alguma forma de Estado, b) ocorrendo em relação a um plano territorial delimitado e c. permanência no tempo, tanto da expressão política quanto do espaço territorial.

entorno à ideia de que todos os brasileiros seriam iguais e, assim, igualmente responsáveis – e beneficiados - pelo sucesso do País.

Sauter (2009) argumenta que as tentativas de criar um “cimento ideológico” para unificar a população mostrou-se uma necessidade em países latino-americanos de industrialização tardia, como é o caso do Brasil, devido à existência de uma grande diversidade social, resultante da desagregação socioeconômica e das condições de desigualdade social, que vigoravam nesses países. O modelo de governo nesses constituído foi aquele de um Estado oligárquico, cuja base de poder provinha do imbricamento de latifundiários e da burguesia urbana, economicamente fundada na exportação de matéria prima e, portanto, dependente do capital internacional, e politicamente caracterizado ou como governo ditatorial ou como “democracia fraca”, com pouca representatividade da e para a população. Estado que erigido sobre elites, sem bases de apoio popular, num tecido social fragilizado, precisou se afirmar na defesa de um igualitarismo ideológico. Nesse âmbito, a educação foi considerada um meio de excelência para disseminar o discurso de uma necessária homogeneização social e cultural, tanto formalmente, nas instituições escolares como na difusão desse discurso pelas diferentes esferas sociais. Destaca-se ainda, nesse sentido, que a ênfase posta pelos Estados oligárquicos em assumir a educação da população como responsabilidade quase que exclusivamente própria, permitiu o surgimento de um sistema de educação secularizado- ou seja, controlado e manipulado pelo Estado, numa ruptura com as instituições eclesiásticas, tradicionalmente vinculadas à educação.

Hipotetiza-se, aqui, que esse discurso a favor de uma coesão nacional materializou-se em escritos (documentos oficiais, literários, jornalísticos, acadêmicos, dentre outros) e práticas referentes a três categorias particulares: 1. a exaltação e divulgação dos patrimônios nacionais, quer materiais, morais ou culturais; 2. o proclamar de uma identidade e de uma moral nacional caracterizada como hierarquizada, ordeira, urbana e de classe média, e 3. a necessidade da alfabetização, do esclarecimento científico e da modernização do país.

No sentido de averiguar essa hipótese, essa pesquisa buscou, adotando como procedimentos metodológicos a pesquisa de elementos textuais em fontes primárias e secundárias referentes à obra de Thales de Andrade, encontrar elementos que mostrassem exemplos das três categorias acima mencionadas. A escolha do referido autor se justifica pela relevância de sua atuação não somente como professor, escritor e jornalista, mas também pela sua atuação política e administrativa na educação do estado de São Paulo, podendo ser

considerado uma figura representativa e influente da intelectualidade brasileira. Segundo Alexandre (2006, p. 2)

A época na qual Thales de Andrade desenvolveu seu universo ficcional esteve marcada por forte incidência de manifestações patrióticas e um certo tom positivista/racionalista, o qual impregna parte das narrativas do autor. Uma certa manifestação do nacionalismo, identificada à ideologia na qual o Brasil era visto como país essencialmente agrário, parece ter encontrado, nos escritos de Thales um instrumento de divulgação do seu ideário [...].

Como fontes primárias, foram analisadas duas de suas obras: “A Filha da Floresta” (1917; 2003), objeto de análise do pensamento referente às primeiras décadas da República, e “Ensinando a Constituição”, (s/d, mas princípios da década de 1960), utilizado na Campanha de Assistência ao Estudante do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura, objeto de análise do pensamento referente a finais da década de 1950/princípio da década de 1960; escolhidos por sua pertinência ao tema.

THALES DE ANDRADE

O escritor Thales de Andrade nasceu em Piracicaba, interior do estado de São Paulo, em 1890, falecendo em 1977. Formou-se professor na Escola Normal de Piracicaba e iniciou-se no magistério em 1912. Foi, além de professor, Diretor Geral do Departamento de Educação do Estado de São Paulo (1947), vereador em Piracicaba (1920-1922), colaborador em diversos jornais e periódicos educacionais, e autor de mais de 60 livros para o público infantil, além de uma metodologia para a alfabetização pela imagem (Ler Brincando). Em suas obras alguns grandes temas são recorrentes, refletindo suas posições ideológicas: a criança, a terra, o trabalho, as virtudes morais, a idealização idílica do campo e a educação. Dentro desses motivos, seus livros objetivavam despertar na criança a formação de atitudes morais e cívicas, sob um forte sentimento de brasilidade, numa ótica que era também religiosa e regionalista (interior do estado de São Paulo), e a divulgação e valorização do conhecimento científico. Isso era feito através do resgate do folclore, da História, das datas comemorativas cívicas e religiosas, do impulso ao saber e da valorização do campo/agricultor (STANISLAVSKI, 2006).

Thales de Andrade foi também um intelectual que apoiou o movimento denominado como “ruralismo pedagógico”. Sob esse rótulo encontravam-se posições ideológicas diversas sobre a questão do homem do campo, sua educação, condições de vida e capacidade de

trabalho; num contexto econômico de desenvolvimento da urbanização e industrialização, de necessidade de produção de matérias primas, de contenção do fluxo migratório do campo para as cidades e de higienização/preservação dos espaços urbanos. Apesar da diversidade de posições defendidas o ruralismo pedagógico,

pode ser caracterizado como uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que, no período em questão, formularam idéias que já vinham sendo discutidas desde a década de vinte e que, resumidamente, consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas. Estes encontram-se diluídos entre o que se pôde perceber como interesses de caráter econômico das classes e grupos de capitalistas rurais ou como interesses de grupos, principalmente políticos interessados na questão urbana. Legitimando e reforçando ambas as posturas, encontram-se os intelectuais ligados à educação, estudiosos do papel da educação rural naquele momento e das características e opções que a escola deveria assumir, a fim de compartilhar o projeto abrangente do Estado Nacional (PRADO, 1995, p. 5).

Na diversidade de correntes ideológicas, que compunham o ruralismo pedagógico, Thales de Andrade se alinhava com aquelas que defendiam a necessidade de uma escola diferenciada para o homem do campo, uma que o ajustasse às especificidades do ambiente rural e ao modo de vida ali existente, enquanto “atualizando-o” – modernizando-o- em termos de capacitação para o trabalho agrícola (incrementando a importante base econômica que a produção rural poderia representar para a economia nacional), modos de vida (assumindo práticas de cuidados compatíveis com aquelas urbanas, em termos, por exemplo, de saúde e higiene), hábitos sociais (moralização dos costumes, também concordantes com a moral burguesa urbana) e conhecimentos que se mostrassem úteis à vida rural (CURY, 2002). Essa sua posição transparece em diversas de suas obras, incluindo as, aqui, analisadas.

O conjunto de obras do autor inclui, de acordo com Stanislavski (2006), livros no campo da Educação Cívica, da Educação Rural, da Educação Popular, contos infantis, reunidos na Série Encanto e Verdade, volumes da Série Escolar, para uso didático, utilizados nas escolas primárias da época e romances juvenis, dentre outros.

DA ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Retomamos, a seguir, as três categorias que nos propomos a analisar no presente trabalho: a exaltação e divulgação dos patrimônios nacionais quer materiais, morais ou culturais; a consolidação de uma identidade e de uma moral nacional idealizada

(hierarquizada, ordeira, urbana e de classe média), e a necessidade da alfabetização, do esclarecimento científico e da modernização do país.

Na obra a “Filha da Floresta”, primeira obra de Thales de Andrade, sobre a qual, pode-se dizer, pretendia despertar no jovem público leitor o amor à Natureza brasileira, encontramos, como exemplos da primeira categoria, a exaltação do campo – terra, flora e fauna nacionais- e daquele que aí vive e trabalha: “Viver no campo é amar o trabalho, é produzir, é diminuir a miséria, é amar a Pátria, é amar aos homens, [...] é amar a Deus!” (p. 11, 2003). A alusão às figuras do folclore brasileiro e às figuras fantásticas que habitariam as matas e os rios, protegendo-os, reafirma a ideia do idílico; só possível em lugares especiais, como, por exemplo, o interior paulista. Há um contraponto entre a imagem da fazenda “Recanto Feliz”, um “Paraíso” na terra, e qual seria a desgraça, que recairia sobre todos aqueles que ali moravam, se a floresta, vizinha à fazenda, fosse um dia destruída. A preservação das matas é a preservação do estado idílico. A exaltação à terra e à gente brasileira também se encontra presente em um viés nacionalista³, como em um trecho da Canção do Exílio, de Gonçalves Dias, que aparece na página 16 (2003). A valorização da Paz, da harmonia em lugar do conflito, e, assim, do como deveria ser o caráter do brasileiro-pacífico e apaziguador, encontra-se presente. Ainda nessa categoria, é importante observar a escolha que o personagem central, um adolescente, deve fazer em relação a uma futura profissão. Apresentado pelo pai a profissões diversas, o personagem escolhe aquela de agricultor- na verdade, de dono de uma fazenda- a mais “bela” e “nobre”, pela sua importância para o indivíduo, a família e a pátria, e pelo romantismo das funções agrícolas; características que superariam mesmo o glamour de outras profissões, por exemplo, das profissões ligadas às forças armadas, a Engenharia ou o Direito.

Dentro da história, e também como anexo, há explicações científicas sobre o ciclo da chuva, sobre a importância das florestas e dos animais para a vida dos seres humanos, sobre os malefícios do processo de desertificação do solo; num intuito de esclarecer cientificamente o leitor. Os alertas e explicações científicas quanto à importância da agricultura, as melhores técnicas agrícolas e a preservação do meio somavam-se para formar o agricultor “moderno”, responsável para efetivar o sucesso do Brasil como potência agrícola.

E é fundamental na história a construção moral dos personagens, levando-nos à segunda categoria de análise. O autor destaca a simplicidade e o desapego às riquezas como qualidades morais que deveriam existir no homem do campo, relacionando-as inclusive à

³ Ver também, nesse sentido, Bastos (2002).

nobreza (sempre caucasiana e europeia): “Estava vestida com simplicidade, [...] mas seus cabelos e semblante davam-lhe aspecto de rainha” (2003, p. 17). Também associando-se valores como a lealdade, a honestidade, a pureza de sentimentos e intenções com a beleza física e a “doçura” dos personagens “bons”, em oposição aos atos “malvados”, cometidos por personagens “feios e deformados”, que acabam castigados.

A outra obra analisada, “Ensinando a Constituição”, também se passa num cenário rural perfeito, o “Arraialzinho do Campão”. É na escola ali situada que a “dedicada” professora Patrícia, além de ensinar as crianças da região, se propõe a alfabetizar os adultos e ensinar-lhes a Constituição brasileira, para que todos conhecessem seus direitos e deveres. O tema da fixação do homem no campo, presente na “Filha da Floresta”, encontra-se, em ambas as obras, bastante relacionado à exaltação do campo como o local perfeito para se viver. Tema importante num país de economia agrícola, mas que passava a se industrializar mais fortemente, que aparece na afirmação de uma das alunas adultas: “Pelos modos, nela (Constituição) está regulado tudo de bom para todos. [...] nela deve estar escrito um jeito capaz de melhorar a vida da gente da roça, mas sem ser preciso sair da roça, até morrer” (p. 20). O apelo à identidade nacional, contínuo em todo o texto, começa com a saudação que a professora faz àqueles que, em festa, vão recebê-la quando chega ao Arraialzinho: “BRASILEIROS! Eu lhes sou gratíssima” (p. 12), repetido depois quando se dirige a uma plateia “Meus bons compatriotas. Brasileiros de nascimento e de adoção.” (p. 26) e se mantém nas afirmações quanto às virtudes que um bom brasileiro deve possuir: lealdade à Pátria, manter a ordem e o respeito às instituições, sacrificar-se individualmente para o bem de uma coletividade abstraída, o País. A ênfase ao sagrado – e assim à importância moral e à infalibilidade da Constituição como caminho de salvação-, está posta na correlação estabelecida entre essa e os Dez Mandamentos, uma “espécie de CONSTITUIÇÃO para os Cristãos” (p. 18) e também “A Constituição é para o povo o que os Evangelhos são para os Cristãos- guia certo” (p. 30). O respeito à hierarquia e aos poderes constituídos é outro tema frequente, nas ideias de que seria impossível e perigosa uma sociedade sem governo, sem lei (p.28), e da necessidade e do bem que é obedecermos aos governantes e às legislações feitas por esses (p. 29). E que termina com a formação de uma sociedade no “Arraialzinho”, os “Amigos da Constituição” (p. 62).

A importância da instrução e da Educação está presente em toda a estória, principalmente pelo apelo à alfabetização. Lembrando que os analfabetos não poderiam nem mesmo votar, estando assim excluídos de colaborar para o bem do país, acentua-se:

“Devemos não deixar sem saber ler, nem escrever quem está nessa medonha situação.” (p. 38). E nos diversos conceitos históricos, jurídicos e políticos, presentes no livro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação foi um importante elemento para a vigência da nova ordem política e econômica, que se instalava no Brasil nos anos de consolidação da República. A sustentação de um Estado oligárquico, característico desse período, dependia de uma outra estrutura produtiva, que embora continuasse agroexportadora e dependente do capital estrangeiro, precisava modernizar-se, industrializar-se, acompanhando o movimento de complexificação dos modos de produção internacionais. A escolarização formal foi entendida como principal mecanismo para a formação do capital humano necessário para tanto. Paralelamente, frente às fortes desigualdades sociais existentes- embora a sustentação desse Estado também se baseasse numa estrutura jurídica de cunho liberal, apregoando que todos os homens são iguais perante a lei-, à educação também foi atribuída uma posição simbólica na estrutura social: aquela de desempenhar uma configuração moral (europeizada e burguesa) dos cidadãos, imbricadamente formatando os princípios de uma conciliação nacional fundada relevantemente na negação do conflito.

Há, em nosso entender, elementos representativos, nas obras analisadas, para considerar que se encontram nessas um esforço do autor em contribuir para a formação e divulgação de um ideal de ser brasileiro e, dessa forma, na conformação de uma identidade nacional. Ideal baseado na afirmação de uma perspectiva de mundo que pregava a estabilidade e a ordem-estratificação social, a valorização, o amor e o respeito ao país e às instituições oficiais constituídas, mas também à família e à religião como organizadores sociais.

Consideramos ainda que esse ideal foi “reinventado”, em diversos momentos da história nacional, principalmente quando o Estado brasileiro necessitou afirmar-se frente a uma realidade social mais fragilizada pelas diferenças socioeconômicas e culturais de acesso ao bem público e a melhores condições de vida. Essa situação, de maior “esgarçamento” do tecido social, favorece a emersão de conflitos, exigindo por parte do Estado ou a sua correção- através de políticas públicas de distribuição da riqueza e de acesso ao bem-estar social- ou o seu controle – através das forças de repressão e manutenção da ordem e da divulgação da ideologia dominante. É nesse último aspecto que a Educação, através das instituições

escolares e das figuras de formação cultural letrada, como é o caso dos intelectuais, se revela um importante elemento. À Educação se entrega a tarefa de impor consensos- ou, ao menos evitar a emersão de conflitos- entre os diversos grupos culturais que compõem uma coletividade e a ideologia estatal. Sendo fundamental, nesse processo, a criação e o fortalecimento de um ideário de identidade nacional, que “transcenda” as dicotomias que despontam entre a ação do poder público e as diversidades de condições de vida desses grupos sociais. E a literatura infantil, como exemplificado pela análise acima exposta, pode se revelar como um importante instrumento de análise de tal processo.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Fernando Luiz. Leitura de um conto escolar: Dona Içá Rainha de Thales Castanho de Andrade. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia, MG. **Anais...** Uberlândia, MG, 2006.
- ANDRADE, Thales Castanho de. **A filha da floresta** (contra a devastação das matas). Piracicaba: Associação Amigos do Escritor Thales Castanho de Andrade, 2003. Série Encanto e Verdade, 1.
- _____. **Ensinando a Constituição**. Brasília: MEC, Departamento Nacional de Educação, Campanha de Assistência ao Estudante, [196...].
- BASTOS, Maria Helena. Amada pátria idolatrada: um estudo da obra Porque me ufano do meu país, de Affonso Celso (1900). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 20, p. 245-260, 2002.
- CURY, Cláudia. O papel dos intelectuais na configuração da brasilidade e das políticas de educação / cultura nos anos trinta do século XX. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, p. 69-82, set./fev., 2002-2003.
- MATTOSO, J. **A identidade nacional**. Lisboa: Gradiva, 2001.
- PRADO, Adonia A. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 5-27, jul., 1995.
- ROSA, Josineide. A construção da Brasilidade: a política educacional no Governo Vargas 1930-1945. **Saber Acadêmico**, Presidente Prudente, n. 4, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista4/publi-art2.php?codigo=1>>. Acesso em: mar. 2011.
- SAUTER, Gabriela O. Estado y Educación en América Latina a partir de su independencia (siglos XIX y XX). **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, n. 01, jan., 1993. (Estado e Educação). Disponível em: <<http://www.oei.es/oeivirt/rie01a04.htm>>. Acesso em: fev. 2009.
- SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Caderno Cedes**, Campinas, ano XX, n. 51, p. 9-28, nov. 2000.

STANISLAVSKI, Cleila. Uma leitura de saudade (1919) de Thales Castanho de Andrade. In: CONGRESSO DE LEITURA, 15, 2006, Campinas, Unicamp. **Anais....** Campinas: Unicamp, 2006.